

CDU 571(812/814)

ARQUEOLOGIA NAS MISSÕES RELIGIOSAS DO NORDESTE DO BRASIL

Gabriela Martin

Coordenadora do Curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Pernambuco

A existência de missões religiosas no Nordeste é conhecida através de documentação histórica, porém não se conheciam as estruturas arquitetônicas nem nunca tinham sido realizadas pesquisas arqueológicas para esse fim. Iniciaram-se em 1987, simultaneamente, dois projetos arqueológicos em regiões onde existiram assentamentos missionários: Vila Flor*, no Rio Grande do Norte, onde se estabeleceu a missão de Nossa Senhora do Desterro de Gramació e, um outro, no vale médio do São Francisco, como parte do projeto Itaparica de Salvamento** que pretendia resgatar o maior número possível de dados arqueológicos e históricos na região que seria inundada pelo reservatório da hidrelétrica de Itaparica, em Petrolândia, PE.

Com as pesquisas arqueológicas nas áreas onde houve missões religiosas, pretende-se não somente recuperar estruturas arquitetônicas mas, também, analisar as linhas e concepções urbanísticas que caracterizaram o assentamento nas missões.

É farta a documentação e a correspondência entre o Rei de Portugal e o Governador da Capitania de Pernambuco

* O Projeto "Vila Flor" é financiado pela SPHAN-Pro Memória e CNPq.

** O Projeto Itaparica de Salvamento é financiado pela CHESF e CNPq.

ordenando que se destinem terras e ferramentas para a lavoura aos índios aldeados nas missões, ameaçando com castigos e perda das terras os donatários e sesmeiros que se recusassem a cumprir as ordens reais. Um alvará de 23 de novembro de 1700 se reveste de particular interesse, por transformar em lei o que antes eram apenas recomendações repetidas na correspondência real.

ALVARÁ SOBRE MEDIÇÃO DA LEGOA DE TERRA PARA AS ALDEAS

Eu El Rey faço saber aos que este meu Alvará em forma de Ley virem, que por ser justo se dê toda a providência necessaria a sustentação dos Parochos, e Missionarios, que assistem nos dilatados certões de todo o Estado do Brazil, sobre o que se tem passado repetidas ordens, e que não executão pela repugnancia dos Donatarios e Sismeyros, que possuem as terras dos mesmos Certões: Hey por bem e mando que a cada uma Missão se dê uma legoa de terra, em quadra para sustentação dos Indios e Missionarios, com declaração que cada Aldea se ha de compor ao menos de cem cazaes, e sendo de menos, e estando algumas pequenas Juntas, ou separadas umas das outras em pouca ou menos distancia se repartirá entre elas a dita legoa de terra em quadra a respeito dos cazaes, que tiverem, e quando cresção ao diante de maneira que se fazem de cem casaes, ou que seja necessario dividir as grandes em duas ou mais Aldeias, sempre a cada uma se dará a legoa de terra, que por esta arbitro para as que ja tiverem o numero de cem cazaes e as taes Aldeas se se situarão a vontade dos Indios, com aprovação da Junta de Missões, e nam a arbitrio dos Sismeyros ou Donatarios; advirtiendose que para cada Aldea e não para os Missionarios mando dar esta terra, porque pertence aos Indios, e nam a eles; e porque rendo-as os Indios as ficam logrando os Missionarios no que lhes fôr necessario para ajudar o seu sustento e para o ornato e culto das Igrejas se façam nas terras dos Sismeyros e Donatarios conforme o Bispo entender que convem para a cura das almas, e para se lhe administrarem os Sacramentos dando conta no Tribunal, a que

pertence, e aos taes Parochos se daram aquellas porções da terra, que correspondam, as que ordinariamente tem qualquer dos moradores que não sam Donatarios, ou sismeyros, e que possam ser lo-gradouros das cazas, que tiverem, para que possam crear commodamente as suas Galinhas e Vacas, e ter as suas Eguas ou Cavallos, sem os quaes nenhum poderá viver no certão, e a execução desta Ley: Hey por encarregada aos Ouvidores Geraes de todo o Estado do Brazil, aos quaes concedo possam determinar o dstricto e medição das ditas terras, com conhecimento summario, informando-se das Aldeas, e situação d'ellas, como tambem das que necessitar cada uma das Igrejas Parochiaes nas terras das Aldeas, pelo que se assentar pelo Governador da Junta das Missões, e nas das Igrejas pela edificação, que d'ellas tiver feito, ou determinar fazer o Bispo, dando para isso conta ao Governador na Junta das Missões; e essa medição e repartição faram os ditos Ouvidores Geraes sem outra forma de Juizo, e sem admitir requerimento das partes em contrario, deixando-lhes seu direito reservado para requererem pelo meu Conselho Ultramarino sem parar a execução, e por este facto dos Ouvidores e por elle mesmo no dito Conselho se achar justificado, que algumas das pessoas, que tem datas das terras nam quiz dar a dita legoa, ou encontrou de alguma maneyra o que por este disponho. Hey por bem lhe sejam tiradas todas as que tiverem, para que o temor d'esta pena e castigo os abstenha de encontrarem a execução d'esta minha Ley, e se admittirão as denumpcições contra aquelles donatarios, ou sismeyros, que depois da repartição feita em pedirem aos Indios o uzo d'ellas, ficando aos denumpciadores por premio a terça parte, nam passando esta de tres legoas de comprido, e uma de largo: Pelo que mando a todos os Governadores das minhas Conquistas Ultramarinas cumprão e guardem e façam cumprir e guardar esta minha Ley, como n'ella se contem, sem duvida alguma, mandado-a registrar nas partes necessarias, para que seja publico a todos o que por ella ordeno, e aos Ouvidores Geraes das mesmas Conquistas ordeno tambem, que pela parte, que lhes toca executem

pontualmente este meu Alvará, o qual quero que valha como carta, e não passe pela Chancellaria sem embargo da Ordenação do Livro 2º. tit. 39 e 40 em contrario e se passou por oito vias. Manoel Filipe da Sylva a fez em Lisboa a 23 de Novembro de 1700 = O Secretario André Lopes de Lavre a fez escrever = Rey =

(Annaes da Biblioteca Nacional, Vol. 28, 1906)

A instalação de missões religiosas no vale do São Francisco inicia-se na segunda metade do século XVII, primeiramente pelos jesuítas e, depois, pelos capuchinhos franceses, seguidos dos italianos. Os fatos históricos são conhecidos através das obras de Serafim Leite, Pereira da Costa, frei Martin de Nantes, frei Venâncio Willeke e outros historiadores que, como Borges de Barros e Pedro Calmon, escreveram a história das Casa da Torre e da Ponte e das lutas contra o estabelecimento dos missionários em terras que achavam que lhes pertenciam. O interessante relato de Frei Martins de Nantes, sobre sua missão no São Francisco, nos informa dos trágicos episódios sofridos por ele e seus companheiros no confronto com a família Dias d'Avila, os poderosos senhores da Torre, e das contínuas investidas dos seus chefes para expulsá-los da região.

Citamos apenas os historiadores mais conhecidos, porém a obra já escrita sobre o trabalho missionário é farta, especialmente nos Anais do Arquivo da Bahia. Ali há documentação ainda inédita⁽¹⁾. Existe, pois, documentação a ser pesquisada além de numerosos trabalhos publicados sobre a atuação missioneira e suas boas ou más relações com os representantes da coroa portuguesa e depois com a espanhola, desde meados do século XVI, época em que os jesuítas instalaram suas primeiras missões na área de influência da Casa da Torre e começam os primeiros confrontos. O padre Manuel da Nóbrega, em 1559,⁽²⁾ queixa-se a Tomé de Sousa do descasto e da má vontade do primeiro Garcia d'Avila em permitir aos índios assistirem à escola, à missa, apesar de sua promessa nesse sentido.

O estabelecimento das missões religiosas no São Francisco está intimamente ligado à história da Casa da Torre desde o primeiro Garcia d'Avila, chegado à Bahia em 1549. Os primeiros confrontos que se iniciam com os jesuítas, já antes do início do desbravamento do sertão de São Francis-

co, continuaram à medida que os criadores de gado foram se adentrando no vale até a divisa com o Piauí, mantendo-se sempre tensões entre dois interesses irreconciliáveis: missionários e índios dedicados à agricultura e a posseção incontestada da terra pelos Garcia d'Avila. Assim, o paulatino acucamento das nações indígenas nas áreas mais afastadas do vale está relacionado com o avanço da pecuária no Sertão, que prejudicava os estabelecimentos agrícolas dos indígenas nas melhores terras, considerando que deveriam ser áreas de pastagens, obtidos pelas sucessivas concessões de privilégios reais. Registre-se que o avanço da pecuária no interior do Nordeste com sucessivas violências contra os indígenas, chega até os nossos dias, com o já histórico massacre dos índios Krahó, nos anos 40, no Maranhão.⁽³⁾

Do número e nome das missões e seus respectivos padroeiros, assim como as nações indígenas que aldearam, temos informações precisas através da documentação existente, especialmente da Junta das Missões e na relação das aldeias de Pernambuco na "Informação Geral da Capitania de Pernambuco em 1749" (Vol. XVII dos Anais da Biblioteca Nacional). Das suas estruturas arquitetônicas, áreas e dependências temos poucas e discutíveis indicações, pois nem sempre os dados existentes na documentação correspondem à realidade.

Pelo menos em um caso temos evidências de que as disposições do Alvará de 1700 foram respeitadas no estabelecimento de missões no Nordeste: nas escavações arqueológicas realizadas na antiga missão carmelita de Gramació, atual cidade de Vila Flor, no Rio Grande do Norte⁽⁴⁾, a demarcação da Praça com a distribuição das casas, igreja, cruzeiro e cemitério coincide com as disposições do alvará real. Não existe, entretanto, documentação suficiente para assegurar que o alvará foi sempre respeitado, se bem que aparecem referências em diversos documentos mostrando que, na medida do possível, eram cumpridos os padrões estabelecidos para a instalação de um aldeamento religioso. Um documento de 1757 revela que o governador do Maranhão, Gonzalo Pereira, manda demarcar terras para "**cem casaes**" de índios, em São José de Ribamar, na ilha de São Luís, nas terras da Companhia de Jesus, obrigando aos padres "**sob juramento dos Santos Evangelhos**" a entregar as terras. Porém, à exceção da missão carmelita citada, de Gramació, no Rio Grande do Norte, as estruturas arquitetônicas das missões do Nordeste ainda são mal conhecidas. O pouco que conhecemos

delas no vale do São Francisco apresenta, até agora, conjuntos habitacionais acanhados.

As missões religiosas no vale do São Francisco faziam parte da Província de Santo Antônio do Brasil. Entre 1679 e 1863, constam, na documentação existente nos arquivos franciscanos, as seguintes missões:⁽⁵⁾

MISSÃO	PADROEIRO
Itapicurur de Cima	Santo Antônio e N. Sra. da Saúde
Massacará	SSma. Trindade
Bom Jesus da Jacobina	Bom Jesus da Glória
Saí	N. Sra. das Neves
Juazeiro*	N. Sra. das Grotas
Rodelas*	São João Batista
Massarandupió	Santo Antônio de Argüim
Jeremoabo	N. Sra. das Grotas
Pambu*	N. Sra. da Conceição
Curral dos Bois	S. Francisco e Sto. Antônio
Aracapá*	S. Francisco
Camumu	N. Sra. do Desterro
Salitre	S. Gonzalo
Piagui	S. Cruz
Catu	S. Antônio
Aricobé	N. Sra. da Conceição
Alagoas	N. Sra. da Vitória
Palmar	Santo Amaro
Una ou Iguna	São Miguel
Coripós*	N. Sra. do Pilar
Zorobabel*	N. Sra. do Ó
Unhunu* ou Inhamuns	N. Sra. da Piedade
Pontal*	N. Sra. dos Remédios
Pajeú*	Santo Antônio
Cariris	N. Sra. do Pilar

A relação anterior completa-se ainda com as aldeias e missões relacionadas na já citada "Informação da Capitania de Pernambuco de 1749", pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rodelas, devendo ser destacada a Aldeia da Missão Nova de São Francisco do Brejo, na ribeira

* Conseguimos localizar o lugar de assentamento das missões marcadas com asterisco, todas situadas nas ilhas do São Francisco.

do Payaú (Pajeú), de franciscanos. O termo "Missão Nova" nos faz pensar numa missão instalada posteriormente à do Pajeú e dedicada a Santo Antônio. Outras que também mereceram registro são as aldeias de Nossa Senhora de Belém na ilha de Acará, do Beato Serafim na ilha da Varge, de Nossa Senhora da Conceição, na ilha do Pambu, de São Félix na ilha do Cavalo e a de Santo Antônio, na ilha de Irapuá, todas elas de capuchinhos italianos. Acontece que, em várias ocasiões, as ilhas mudaram de nome ou os topônimos foram modificados nas transcrições dos mapas, dificultando assim sua localização. Os topônimos "ilha grande", "ilha pequena" ou ilhas com nomes de santos, são denominações que substituíram os nomes indígenas e que dificultam igualmente a localização. Confrontando as missões citadas com as aldeias indígenas relacionadas nos **Anais Pernambucanos**, de Pereira da Costa, verificamos que, muitas vezes, o nome de uma ou duas aldeias corresponde ao nome de uma missão. Alguns exemplos podem ser apresentados:

Aldeia de Cabrobo: nas proximidades estão situadas as ilhas de Assunção ⁽⁶⁾, Pambu e Aracapá, onde existiram três missões.

Aldeia de Rodelas: missão de São João Batista de Rodelas.

Aldeia de Zorobabel: missão de N. S. do Ó, na ilha de Zorobabel.

Aldeia de Pambu: missão de N. Sra. da Conceição na ilha de Pambu.

Aldeia de Pajeú: missão de Santo Antônio do Pajeú.

Dessa constatação podemos deduzir que os pequenos grupos de missionários que iniciaram a evangelização do sertão do São Francisco instalaram-se nas áreas onde já existiam aldeias estabelecidas de índios sedentários dedicados à agricultura e que estavam situados, principalmente, nas ilhas fluviais de solo mais fértil.

Como hipótese prévia, pois os dados de que dispomos são ainda insuficientes, podemos pensar que o estabelecimento das aldeias indígenas de agricultores precedeu a implantação das missões nos mesmos lugares e não ao contrário, ou seja, a construção da missão urbanisticamente pla-

nejada, "com casas para cem casaes", como foi constatado em Vila Flor (RN), para atrair indígenas da região, não foi a forma utilizada nas ilhas do São Francisco.

Quando realizamos escavações arqueológicas na ilha de Zorobabel, sede da missão franciscana de N. Sra. do Ó, constatamos a existência de uma aldeia indígena situada no ponto mais alto da ilha. Realizamos algumas sondagens, na área de maior concentração de restos cerâmicos, sem que fosse possível a determinação das estruturas pois a área tinha sido recentemente cultivada. Foi coletada entretanto cerâmica indígena bem característica, com engobo vermelho, sem nenhuma intrusão de materiais europeus. No recinto da missão, situada a uns 500 metros da aldeia, a cerâmica indígena apareceu misturada a fragmentos de faiança européia do século XVIII. A imediata inundação da ilha obrigou-nos a concentrar nossos esforços na escavação da igreja da missão, impedindo-nos de ampliar a área arqueológica da aldeia para obtenção de maiores dados sobre o primitivo assentamento indígena, porém a hipótese levantada poderá ser confirmada nas escavações de outras ilhas fora da cota de inundação.

A MISSÃO DE N. SRA. DO Ó, NA ILHA DE ZOROBABEL, ITACURUBA, PE.

Os padres da Companhia de Jesus em 1693 tinham já cinco aldeias instaladas no Sertão e nas ilhas de Rodelas e, em 1696, criaram mais três missões em Acará, Curumambá e Zorobabel no vale de São Francisco. A estada dos jesuítas, entretanto, foi curta, pois, no mesmo ano, os sacerdotes encarregados das três missões, foram violentamente expulsos pelos prepostos da Casa da Torre, quando pretenderam demarcar as terras reservadas para as aldeias, segundo ordem do Provincial, cumprindo determinação do Governador da Província. Os fatos são contados com detalhe na **Relação Autêntica** dos missionários da Companhia, datada de 1696, e transcrita por Serafim Neto. O episódio é também recolhido na **Relação** do padre Martin de Nantes que acusava a Francisco Dias d'Avila de ser contra os jesuítas e responsabilizava, diretamente, pela expulsão, as "mulheres da Torre" (esposa e irmã do falecido Francisco Dias d'Avila), as quais se defenderam, posteriormente, das acusações alegando a enorme distância de 150 léguas da sua casa até o lugar do conflito. O episódio transcendeu até Lisboa e numa Consulta do Conselho Ultramarino mantinha-se a acusação contra as se-

nhoras da Torre pois, desde 1690, El-Rey mandara que se facilitasse toda ajuda às missões (7). Numa carta do Pe. Alexandre de Gusmão, anexada à documentação anterior, encontramos um dado importante referente ao número de Índios existentes nas três missões jesuíticas:

Do papel incluso poderá V. Rev^a entender a violencia e dezo-cato, com que os nossos Missionários, que tratavam de duas mil Almas para cima nas Aldeias do Rio de S. Francisco, situadas nas terras de Catarina Fogaça e Leonor Pereira Marinho, chamadas vulgarmente as mulheres da Torre, foram expulsados delas, pelos Procuradores, e Vaqueiros das ditas mulheres, por causa da execução da Ley de S. Magde., que manda se dê territorio certo, bastante e desempedido a cada Aldeia para evitar queixas e danos, assim no temporal, como no espirital, como mostrava a experiência.

Na mesma carta, o Pe. Alexandre de Gusmão acusa ao procurador principal da Casa da Torre de "ter já em sua casa a um Religioso de S. Francisco, para entrar na administração das Aldeias".

A expulsão dos jesuítas é narrada com detalhes:

botando os, como os acharam, uns sem chapéu, sem matelotagem, e sem lhes deixar tirar os seus papeis livros e couzas da igreja...

O Senhor Governador ao principio mostrou grande sentimento; e disse: que por isso mesmo agora deviam de dar as terras sinaladas, que são duas ou três leguas para cada Aldeia, tendo elas da Torre, mais de 400 leguas; e arrendando a quem quer sitios de leguas, como querem; e sendo por direito natural as ditas terras dos índios.

Noutra carta, dirigida ao Rei, o mesmo religioso faz referência às três aldeias:

Meu Senhor, Porque Catarina Fogasa e Leonor Pereira, chamadas vulgarmente as Senhoras da Torre, pretendem reclamar diante de S. Magde., que Deus guarde, contra a ordem do Senhor Dom João Governador do Estado, em que sinalou distrito a tres Aldeias do Rio de S. Francisco chamadas Achará, Rodellia e Caruru no Zorobabé; às quais ultimamente se ajuntaram outras menores Aldeotas de Tapuias, por ordem do mesmo Senhor Governador;(8)

Apesar da insistência das senhoras da Torre para que os missionários da Companhia voltassem ao São Francisco e

de promessa de reconstruir “as cazas, paramento e igrejas ao estado de antes”, como forma de livrar-se das acusações de havê-los expulsado violentamente, os padres jesuítas não voltaram, justificando seus motivos em carta a El-Rey, data-da de 11 de fevereiro de 1700. Apesar da existência de instruções anteriores para se demarcar uma légua quadrada para instalação das missões, é possível que o alvará real de 1700 seja consequência imediata dos acontecimentos do São Francisco.

No conflito contra os jesuítas aparece também a celeuma da mitra da Bahia. Nas entrelinhas da carta do arcebispo da Bahia, João Franco de Oliveira, (25 de julho de 1697) podemos ver o descontentamento:

as ditas aldeias se achavam assistidas de religiosos de S. Francisco, mandados (segundo se diz) pelo Bispo e Governador de Pernambuco, sendo que sempre tiveram seus operários nomeados por esta jurisdição;

Não obstante a farta documentação com mútuas reclamações e ameaças de castigo, e empenho em se demonstrar a culpabilidade das senhoras da Torre, tem-se a impressão de que ficou o dito pelo não dito, pois, na mesma época, havia o interesse da coroa de explorar o salitre no vale do São Francisco, para cuja empresa oferecera Leonor Pereira Marinho a proporcionar 20.000 quintais, em troca apenas de um “foro de fidalgo” para seu único filho e herdeiro Garcia d’Avila Pereira, ou seja, “Honras por serviços”, no comentário de Pedro Calmon⁽⁹⁾; no ano seguinte ao tumultuado caso dos missionários jesuítas, quando ainda cartas com justificativas e mútuas acusações surgem de ambas as partes, a 30 de agosto de 1697, “se outorgava a Garcia por sua nobreza, o escudo com as armas de Avilas, Pereiras e Marinhos”⁽¹⁰⁾. Razão tinham os padres da Companhia em não voltar e se recusarem a ser vassallos da “Senhora Rainha da Torre”.

Com a recusa dos jesuítas de voltar a Zorobabel e às outras aldeias, foram oferecidas as missões aos franciscanos que, inicialmente não aceitaram, tendo sido substituídos pelos carmelitas de Santa Teresa.

Com o alvará de 1700, confirmado pela lei de 1703, que, além da légua quadrada, determinava espaço para a igreja, o adro e um terreno em torno para a horta do vigário (passal), os franciscanos franceses assumiram a direção das três missões, instalando-se na ilha de Zorobabel e construí-

ram a igreja e o recinto da missão, em tijolo e cantaria. A missão esteve sob a direção dos franciscanos franceses e italianos entre 1702 e 1761, ano em que foi extinta.

Das possíveis construções jesuíticas nada deve ter ficado, não somente pelo curto espaço de tempo que ali estiveram, mas, sobretudo, como afirmara o Pe. Gusmão, Provincial da Companhia de Jesus, contestando as acusações de "ambiciosos", feitas aos missionários pelas mulheres da Torre, pela maneira de construir: "as Igrejas, taes quais, de barro e palha os Padres e os Índios as levantaram, trabalhando nelas os mesmos Missionários com suas mãos e não os Feitores das Donas...".

No mesmo documento indica-se as terras que foram assinaladas pelo governador, para as três aldeias, e o número dos seus habitantes. A aldeia de Acará tinha quase 600 índios, a de Rodelas agrupava seis ou sete ilhas e "a aldeia do Caruru unida a de Zorobabel com quazi novecentas almas, tem no rio tres ilhas, a de Zorobabel, com tres quartos de legua e as outras duas um quarto de legua no cumprimento com mui limitada largura".

As "quazi novecentas almas" não poderiam se agrupar nas três pequenas ilhas, daí as contínuas reivindicações dos jesuítas da légua quadrada em terra firme. A aldeia deveria se estender pelo lado da Bahia, pois no lado pernambucano não encontramos restos de ocupações indígenas ou de época colonial. Sabemos que em frente à ilha de Zorobabel, na margem direita, arqueólogos do Museu de Arqueologia da Bahia realizaram escavações nas chamadas dunas de Zorobabel, onde fora localizado um cemitério indígena com sepultamentos em forma de covas, cobertos com pedras, sem que tenhamos maiores informações porque os resultados ainda não foram publicados.

As poucas terras reivindicadas pelos jesuítas para suas missões estavam ocupadas pelos currais de gado da Casa da Torre que, muitas vezes, destruíam as pobres roças dos índios, como fora denunciado pelo padre Martin de Nantes que chegou até a lançar as éguas da Casa da Torre no rio para que não devorassem o alimento dos índios.

Os conflitos entre missionários jesuítas ou franciscanos e a Casa da Torre continuaram nos anos seguintes, na região do São Francisco, podendo-se acreditar que as missões não prosperaram durante o século XVIII na região, pela ambição dos donos da Torre e a recusa de se entregar boas terras de cultivo aos índios aldeados nas missões.

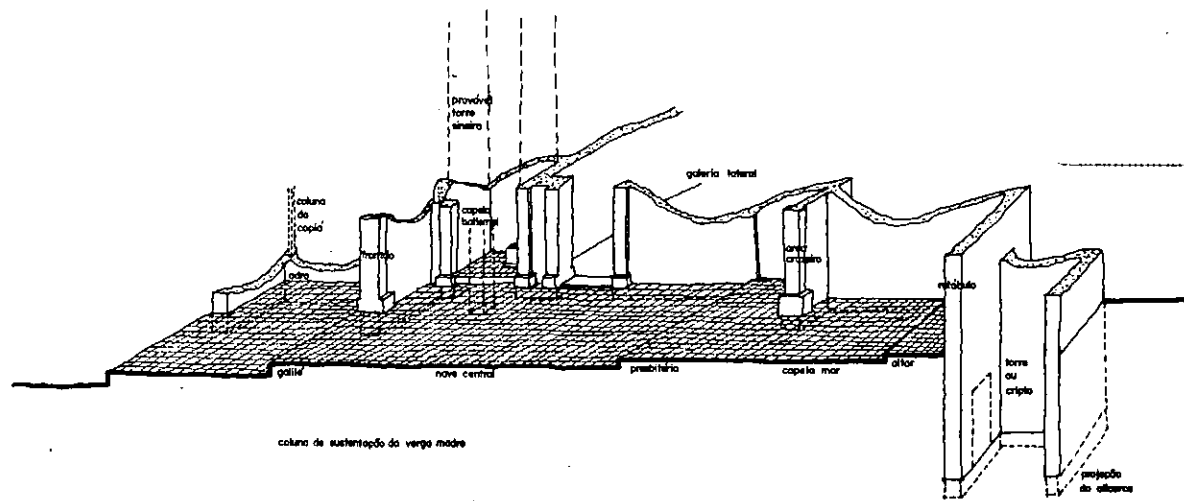
O trabalho arqueológico na região iniciou-se na ilha de Zorobabel, em Itacuruba, PE, numa das ilhas que seria inundada e onde existiam apenas vestígios da antiga igreja da missão franciscana de Nossa Senhora do Ó, destruída por uma enchente do rio, em 1792. A escavação das estruturas da igreja e das restantes dependências da missão permitiu o levantamento da planta do conjunto da missão, além de possibilitar a elaboração da planta completa da igreja (Figuras 1 e 2). Pode ser constatado que, em torno do muro que cercava o recinto, assim como a própria igreja, foram utilizados como cemitérios durante muito tempo, inclusive depois da destruição da igreja. Foram localizados vários sepultamentos de tipo indígena em urnas e por cremação e até os de crianças falecidas recentemente, pois, não existindo cemitério na ilha, seus habitantes se utilizaram das ruínas da igreja como uma pequena necrópole.

O recinto da missão que conseguimos escavar, antes da formação do lago de Itaparica, consistia na igreja, na sacristia e em um pátio com dependências, com o total de 1.200m². A igreja media 18 x 6,50 m e foi construída, nos começos do século XVIII, pelos capuchinhos franceses, obedecendo aos padrões estabelecidos para as missões, como se comprovou também na igreja da missão da ilha do Pontal e na Matriz de Santa Maria da Boa Vista, esta última, posteriormente, muito modificada, mas que ainda conserva a planta primitiva e na igreja de Vila Flor, que pertenceu à missão carmelita de Gramació, no Rio Grande do Norte.

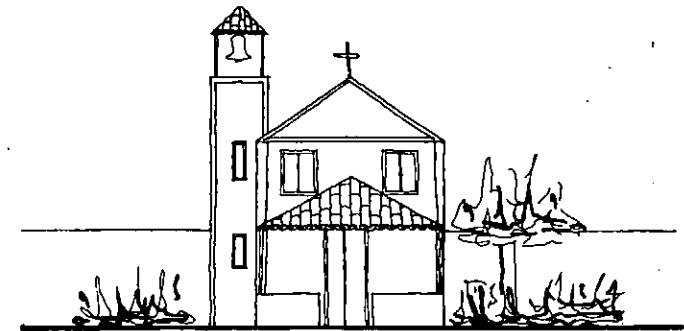
Basicamente a igreja tinha a planta típica das capelas barrocas dos séculos XVII-XVIII: uma pequena capela inicial que depois, com a ampliação da igreja, se transformará na capela-mor; uma sacristia lateral e, às vezes, um alpendre que poderia servir de escola. A igreja de Zorobabel apresentava o piso feito de tijolos de forma retangular, e uma pequena capela lateral, onde ainda se conserva o pedestal da pia batismal. Existia também uma torre com cripta, atrás do altar-mor.

Mesmo existindo a tradição de que a imagem de Nossa Senhora do Ó fora arrastada pelas águas e recolhida por uns pescadores, aliás tradição ibérica que se repete em vários lugares, julgamos que a igreja já deveria estar semi-abandonada quando da grande enchente de 1792 que a destruiu definitivamente, pois, nas escavações, não encontramos restos do altar-mor; a pia batismal tinha sido retirada, somente restando o pedestal de tijolos e não havia restos de móveis, por-

MISSÃO FRANCISCANA DA ILHA DE SOROBABEL-PE
IGREJA NOSSA SENHORA DO Ó



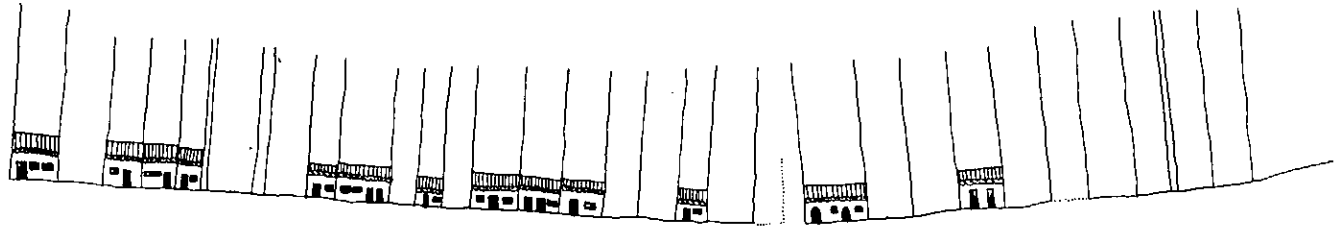
CORTE LONGITUDINAL



PROVÁVEL FACHADA

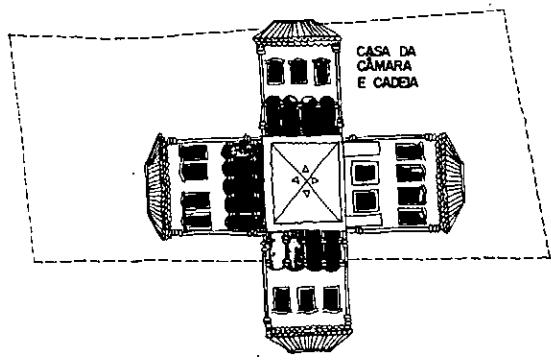
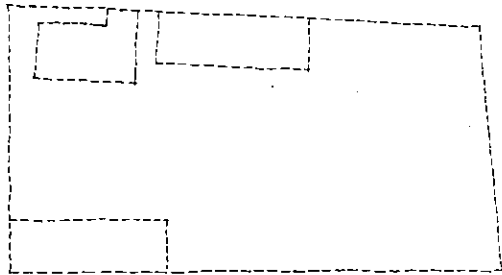


CANGUARETAMA / BR 101 / NATAL
←

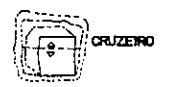
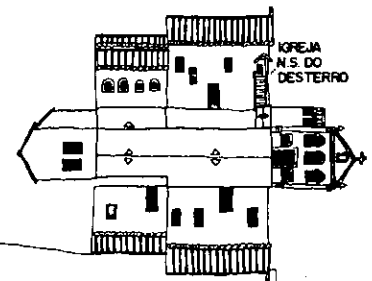
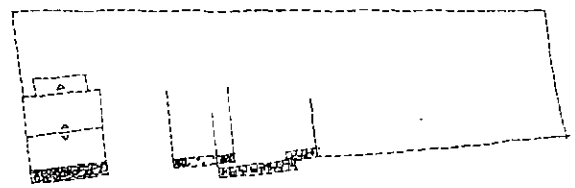
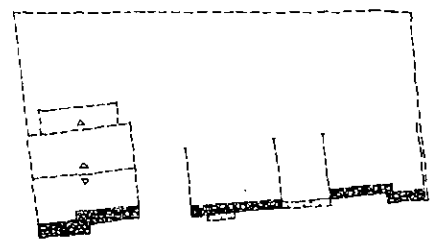
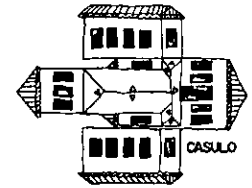


RUA JOÃO ANTÔNIO OLIVEIRA FIGUEDES

RUA JOSÉ GALAZANS
PREFEITURA



RUA JOSÉ DE DESTERRO OLIVEIRA








RUA CROMACIO CALAFRANGE

PELOURINHO

BARRA DO CUNHÃU
PRAIA

MISSÃO DE N.SENHORA DO DESTERRO DE GRAMACIÓ (VILA FLOR - RN).

0 300m

-  - ACHADOS E EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS
-  - CONSTRUÇÕES COMPATÍVEIS COM O PADRÃO DO SÉC XVIII
-  - CAL E PEDRA
-  - TAIPA
-  - TIJOLO

tas ou janelas. A não ser que a força das águas tenha arastado todos os objetos e grande parte das paredes. De qualquer forma, o volume de terra argilosa e estéril, proveniente da enchente, cobria o piso da igreja até a altura de um metro a metro e meio. Quando iniciamos as escavações somente um ângulo da torre estava visível. Três muros de arrimo, formando degraus, reforçavam o terreno que descia em pente até o rio onde existia um embarcadouro a menos de cem metros do recinto da missão.

Depois do enchimento do lago de Itaparica, inundando várias ilhas, entre elas a de Zorobabel, continuamos as prospecções arqueológicas nas ilhas dos municípios de Cabrobó e Santa Maria da Boa Vista. Na ilha do Pontal existiu a missão franciscana de Nossa Senhora dos Remédios, da qual ainda está em pé a igreja, conservada graças aos cuidados de uma irmandade religiosa. Nas primeiras prospecções realizadas, foi coletada abundante cerâmica colonial dos séculos XVII e XVIII.

Foi executado o mapeamento arqueológico da ilha de Assunção, em Cabrobó, que possuiu uma missão jesuíta e da qual ainda se conservam as ruínas da igreja. Está planejado, também, iniciar-se a próxima fase das pesquisas com a escavação dos restos dessa missão.

Próximo à ilha de Assunção, encontra-se a ilha de Aracapá. Nessa ilha esteve assentada a missão fundada por Frei Martin de Nantes, capuchinho francês, que deixou interessante relato sobre suas experiências missionárias no vale do São Francisco, na sua **Relação de uma missão no Rio São Francisco**. A escavação arqueológica da missão de Frei Martin é parte importante das futuras etapas da pesquisa.

NOTAS

1. PIMENTEL, Alfredo. Documentos para a história da catequese dos Índios e das missões religiosas no Brasil. **Arquivo Público da Bahia**, Vol. 29, 1946.
2. NÓBREGA, Pe. Manuel. **Cartas Jesuíticas**. vol. II. p. 210, Ed. da Academia Brasileira, Rio, 1931.
3. FREITAS, Edinaldo. **O avanço na pecuária no Maranhão: o caso Krahô**. Dissertação apresentada no Mestrado em História da UFPE, 1988.
4. MARTIN, Gabriela. A missão carmelita de Vila Flor, RN. Primeiro resultado do projeto arqueológico. **CLIO. Série História do Nordeste**

- nº 10, UFPE, Recife, 1988. Paulo T. de Souza et alii. A missão carmelita de N. S. do Desterro de Vila Flor. Nota Prévia. **DEDALO, Publicações Avulsas nº 1**. Anais da IV REUNIÃO Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira — SAB, USP, São Paulo, 1989.
5. MIRANDA, Maria do Carmo Tavares. **Os franciscanos e a formação do Brasil**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1976 (relação fornecida à autora pelos franciscanos).
 6. Da missão da ilha da Assunção, fundada pelos jesuítas em 1761, restam ainda as ruínas da igreja e do convento. Escavações arqueológicas no seu recinto estão programadas dando continuação ao projeto.
 7. Parecer do Conselho Ultramarino de 17 de dezembro de 1697 e rubrica do Rei D. Pedro II à margem, de 1º de janeiro de 1698.
 8. O termo "Caruru" e índios "caruruses" que encontramos em outros documentos, é uma corruptela de cariris, pela grafia utilizada pelos missionários capuchinhos de origem francesa.
 9. CALMON, Pedro. História da Casa da Torre, ob. cit., p. 136.
 10. CALMON, Pedro. ob. cit., p. 137.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BARROS, F. Borges de. O Castelo da Torre de Garcia de Avila. **Arquivo Público da Bahia**, Vol. XXIV, Salvador 1935.
- CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre. Uma dinastia de pioneiros**. 2ª ed. aumentada, Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1958.
- DIAS, Eduardo. Para a história dos Avilas da Bahia. **Anais do I Congresso de História da Bahia**. Vol. II, Salvador — Bahia, 1950.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Vol. I, Lisboa, 1938.
- NANTES, Pe. Martin. **Relação de uma missão no rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martin de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris**. Trad. e comentários de Barbosa Lima Sobrinho, 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional; Brasiliense 368, 1979.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos** 11. Vol., Recife, Arquivo Público Estadual, 1953.
- WILLEKE, Venâncio, Fr. O.F.M. **Missões franciscanas no Brasil (1500-1975)**, Petrópolis, Ed. Vozes, 1974.